

Sustentabilidade das Políticas Culturais*

Mauricio Siqueira**

NAS DIRETRIZES GERAIS PARA O PLANO NACIONAL DE CULTURA (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007: 77), entre as estratégias encontramos aquela de ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico: "Economia e Desenvolvimento são aspectos da cultura de um povo. [...] O PNC estabelece vínculos entre arte, ciência e economia na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento."

O desdobramento das discussões acerca dessas diretrizes aponta para uma questão central: a sustentabilidade desses instrumentos de políticas públicas e seus sucedâneos, no contexto de uma proposta de desenvolvimento sustentável no Brasil. Sobre esse aspecto, é pertinente a afirmação de Renato Ortiz (2008): "nenhuma política cultural pode ser realizada sem previamente se perguntar: de que desenvolvimento se está falando?"

De fato, o Ministério da Cultura – MinC propõe retirar a cultura do papel de subalternidade a que havia sido relegada pelos governos antecessores:

A terceira diretriz fundamental com que operamos é a de que a cultura é um componente central da estratégia de desenvolvimento efetivamente sustentável do Brasil. Desde a posse do Ministro Gil, o Ministério da Cultura tem empreendido um esforço consistente para deslocar a cultura para o centro da agenda política, econômica e social do país,

* Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS, GT 10 – Cultura, Economia e Política. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 2008.

** Sociólogo, Doutor, Pesquisador do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa.

consolidando-a como uma dimensão crucial e indispensável do desenvolvimento econômico e social que tanto almejamos. Trata-se de retirar a cultura do papel de subalternidade a que havia sido relegada pelos governos antecessores.¹

No entanto, cabe observar que a ênfase excessiva dada por gestores culturais à dimensão econômica da cultura também implica cuidados no sentido de se estar reproduzindo uma subalternidade no interior do próprio entendimento de cultura sugerido pelo MinC. Além disso, as iniciativas de incentivo à indústria cultural em geral têm trazido quase que uma louvação a essa modalidade de capital, fazendo abstração de todos os predicados intrínsecos ao capital como relação social que têm sido objeto de críticas precisamente por aqueles que se ocupam da cultura em suas várias dimensões.

Então, a solução, o caminho, ao contrário do que se possa pensar usualmente, não é o local, o particular, o imediato, mas sim o geral, para construir linguagens comuns de onde poderão advir políticas e instrumentos articulados.

Assim é que, no campo da cultura, raramente se qualifica o desenvolvimento desejado como sendo sustentável, além de raramente se associar essa proposta de desenvolvimento sustentável primordialmente à questão ambiental em seu sentido amplo.

Como consequência, registra-se, ainda, a pouca interlocução produtiva entre as áreas da cultura, meio ambiente, desenvolvimento urbano e outras, tanto no âmbito governamental, como da sociedade civil. Esse quadro se reflete na unilateralidade e pouca eficácia dos respectivos arranjos institucionais e instrumentos de gestão.

Nesse contexto de tratamento da questão em pauta, convém retomar o entendimento de que a idéia de desenvolvimento sustentável, por sua vez, relaciona-se diretamente com a preocupação em resolver impasses globais contemporâneos que são resumidos,

¹ <<http://www.cultura.gov.br/politicas/index.html>>, acessado em 12 de junho de 2007.

geralmente, no conceito de crise ambiental, como exposto a seguir. De fato, não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem se falar em meio ambiente, crise ambiental e questão ambiental, tendo com base o conceito de ambiente pelo qual se designa uma esfera que transcende a natureza externa ao homem e que inclui, portanto, as condições materiais e culturais da reprodução da vida humana, já que a consolidação da idéia de desenvolvimento sustentável teve como cenário inicial instigante o grave quadro de crise entre o homem e seu universo na época atual.

Nesse sentido, o Ministério da Cultura alinha, apropriadamente, entre os valores e conceitos de suas Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura, a idéia de que

as relações com o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais. A natureza é indissociável da cultura: integra-se fundamentalmente e de forma provedora, a uma série de formas de vida, identidades, imaginários e manifestações simbólicas das populações brasileiras. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007: 28).

O episódio recente de saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente revela de forma dramática as dificuldades de se implementar um desenvolvimento sustentável em nosso país. De fato, constata-se aí que esse é um campo de lutas permanente, que transcende aspectos meramente ambientais e ecológicos. Saltam aos nossos olhos conflitos nitidamente culturais, envolvendo identidades, diversidade, mercado, direitos etc. É o caso dos conflitos entre arroseiros e indígenas, da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, do plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e tantos outros. A esse respeito, nós que atuamos no campo das políticas culturais não podemos nos calar. É preciso, sim, saber de que desenvolvimento sustentável estamos falando. Esse é um caso exemplar, onde certamente nossa intervenção pode contribuir decisivamente.

Proponho tomar como ponto de partida para se discutir a sustentabilidade dessas políticas públicas propostas pelo MinC, as noções de *necessidades humanas* e de *sujeitos culturais*, ou *sujeitos pessoais* (Touraine) a partir da proposta de desenvolvimento sustentável exposta a seguir.

De início, é conveniente lembrar, no entanto, como o faz Alain Touraine, que "o controle e a regulação da economia apóiam-se cada vez menos em objetivos ou normas estranhas à economia" (TOURAINÉ, 2006: 29). Trata-se de um fenômeno típico da globalização. Nesse quadro de limitações, ocorre a pergunta: como pensar a questão da relação entre cultura, desenvolvimento e geração de riquezas?

Acrescente-se a isso o fato de que as instâncias superestruturais (formações políticas e instâncias executivas) não conseguem compreender a crise de civilização contemporânea em sua totalidade e geralmente se limitam aos fatores tecno-científicos. Para Felix Guattari (1997: 8), essa compreensão global só pode ser alcançada numa perspectiva que articule ética e política, ou o que ele chama de *articulação ético-política* ou *ecosofia*, entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. Além disso, constata-se que as relações sociais e as formas de subjetividade humana não têm sido suficientemente tratadas nas propostas de desenvolvimento sustentável.

Este aspecto é tanto mais relevante quanto se concorde com a idéia de Michael Hardt e Antonio Negri (HARDT; NEGRI, 2001: 13) de que a produção de riqueza tende a ser cada vez mais uma "produção biopolítica", que é a produção da própria vida social, onde há uma interação crescente entre o econômico, o político e o cultural.

O plano de fundo dessa produção de riqueza no mundo contemporâneo é uma crise teórica e prática – inédita por sua abrangência e profundidade – na relação entre o homem e o seu ambiente, crise esta que impõe o questionamento não apenas das nossas usuais representações da natureza, como também do sentido do próprio saber tecno-científico.

O nosso entendimento dessa crise leva em consideração quatro eixos de referência: a) o desenvolvimento econômico-social; b) a gestão do meio ambiente; c) as transformações técnico-científicas que levam a desequilíbrios ecológicos que ameaçam a própria vida na Terra; d) a progressiva deterioração dos modos de vida humanos individuais e coletivos, principalmente no que diz respeito à redução das redes de parentesco, à vida doméstica afetada pelo consumo da mídia, à ossificação da vida

conjugal e familiar devido à padronização dos comportamentos e ao empobrecimento das relações de vizinhança. Em resumo, há uma "implosão" da relação entre a subjetividade e a sua exterioridade (social, animal, vegetal, cósmica) (GUATTARI, 1997: 7-8).

Essa crise não se dá mais isoladamente, isto é, confinada tão somente a algumas regiões ou nações, senão que constitui, simultaneamente, uma crise ambiental global, uma crise do desenvolvimento e da cultura e, desse modo, pode ser considerada como sendo *uma* só crise: a crise de civilização no nível planetário.

Dentre as respostas a esse quadro de crise destaca-se a proposta de se implementar internacionalmente um *desenvolvimento sustentável*. Uma definição para esse conceito encontra-se no Relatório Brundtland, que é o resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) concluídos em 1987.² Segundo esse Relatório, "o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades." (COMISSÃO, 1991: 46). Esse conceito de desenvolvimento sustentável é aqui adotado, embora isso não signifique que a proposta de desenvolvimento sustentável não seja submetida a um exame crítico de nossa parte. Com efeito, uma indagação elementar se refere à viabilidade dessa proposta de desenvolvimento sustentável nos marcos das sociedades de mercado.

Considero importante registrar que essa definição de desenvolvimento sustentável implica dimensões éticas (ao se referir a compromissos com as futuras gerações) e políticas (ao se referir a necessidades sociais, já que aqui o tema da democracia é fundamental).

Convém lembrar que essa noção de desenvolvimento sustentável

² Daqui em diante será chamada pela sigla CMMAD.

pode orientar projetos que visem a acomodação – de países, classes e grupos sociais – num mundo marcado por desigualdades econômicas crescentes; mundo em que a ação moralizadora de agentes transnacionais mal consegue esconder a defesa de um modo de vida – calcado no consumo e na abundância – que tem sido responsável pela mesma destruição (antes criticada) de orientações culturais, experiências vitais e saberes. (RIBEIRO, 1997: 472).

A abrangência da crise em questão pode ser percebida através das dificuldades encontradas pelos próprios estudiosos para definir os seus contornos. Para alguns, “o cerne da crise estaria no universo de valores do homem ocidental, na mentalidade do *homo faber* e do *homo economicus* forjada na cultura antropocêntrica, iluminista, em conjunção com a revolução industrial e científico-técnica, características da formação histórica burguesa e do seu principal instrumento de organização social, o capitalismo.” (CRESPO, 1992:1).

Percebe-se que todas as medidas e metas que configuram a proposta de desenvolvimento sustentável em pauta têm como pano-de-fundo a falência de vários paradigmas da sociedade moderna e implicam a formulação de teorias novas que permitam captar a crise ambiental em todo o seu alcance. Com efeito, podemos verificar que

o século XX produziu eventos extraordinários na teoria do conhecimento e nos paradigmas científicos. Seu início foi marcado pela invasão das desordens nas ciências ditas ‘duras’ (ou ainda, ‘deterministas’, ‘termodinâmicas’ etc.) e a inclusão das noções de probabilidade, incerteza e risco em diversas disciplinas. O findar de nosso século assiste ao definhamento do paradigma cartesiano-newtoniano, substituído por uma visão de mundo integradora, sistêmica, conjuntiva e holística. O mundo mecanicista-euclidiano é hoje uma metáfora de museu, uma ideologia que só se sustenta pela força gerada pela tecnociência instrumentalizadora, utilizada pelos detentores do poder político. (ROHDE, 1995: 41).

Enfocando o desafio de uma reconfiguração global dos modelos de desenvolvimento econômico e social vigentes na sociedade contemporânea, estaremos avaliando,

portanto, a própria ordem capitalista. Essa é a ótica que é privilegiada neste trabalho e que coincide, por exemplo, com a afirmação de Stahel (1995: 117) de que

a atual crise ecológica é apenas o reflexo dessa contradição, do caráter insustentável do próprio capitalismo. Dessa forma, discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade, resulta em um discurso vazio. [...] A busca de sustentabilidade exige que coloquemos novamente a busca dos equilíbrios qualitativos vitais no centro das nossas preocupações e do funcionamento do nosso sistema, o que implica uma re-inversão do próprio sistema capitalista vigente.

Em resumo, o fato é que essa crise ambiental coloca para a humanidade uma *questão ambiental* que se pauta pela definição de um novo modelo de desenvolvimento social e econômico que esteja fundamentado num crescente equilíbrio entre o homem e seu ambiente. Uma outra perspectiva complementar de formulação dessa questão ambiental é adotada por Felix Guattari (1997: 12):

Assim, para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos.

Trata-se de uma crise que, na visão de Guattari, só poderá ser resolvida em escala planetária a partir de uma "revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais." (GUATTARI, 1997:9-10). A solução desses impasses, segundo Guattari (*ibid.*) torna-se ainda mais difícil devido aos "modos dominantes de valorização das atividades humanas", nos quais o mercado nivela, iguala, os bens econômicos, culturais e naturais etc., e as relações sociais e internacionais ficam subordinadas cada vez mais às máquinas policiais e militares. Acrescente-se a isso o enfraquecimento do Estado-Nação que se torna cada vez mais a serviço do mercado e dos complexos industrial-militares.

Concordando com Alain Touraine (2006: 20-21), cabe acrescentar que em vários países a sociedade se fragmenta em comunidades, algumas fechadas em si mesmas e em conflito com outras comunidades ("violências comunitárias"). Touraine (2006: 23) aponta três características essenciais da época atual: 1ª) a dessocialização ou decomposição da sociedade, ou seja, o declínio do social; 2ª) a penetração generalizada de uma violência de mil faces e formas, que rejeita todas as normas e os valores sociais; 3ª) a escalada das reivindicações culturais, tanto sob uma forma neocomunitária como sob a forma de apelo a um sujeito pessoal e à reivindicação de direitos culturais. Nesse ponto, Alain Touraine (*ibid.*) observa que os *atores sociais* e os *movimentos sociais* são cada vez mais substituídos no mundo de hoje pelos *sujeitos pessoais* e pelos *movimentos culturais*. Ele constata que a idéia de progresso perdeu força, "já não acreditamos no progresso" e que para a humanidade, hoje, ocorre a pergunta: "donde virá doravante o movimento, qual força deterá a guerra?". Ou seja, a nosso ver, quem são os sujeitos "sociais" e/ou "culturais" que definem o rumo dos acontecimentos?

A preocupação em repensar sujeitos sociais e a própria idéia de desenvolvimento com o olhar para a América Latina levou Antonio Negri e Giuseppe Cocco à tese de que

somente uma política do trabalho, das novas forças produtivas vivas (e não apenas a administração das relações de produção) é capaz de qualificar um projeto de emancipação. Por esta razão, a organização e a dinâmica constitutiva dos movimentos (o trabalho dos movimentos) devem ser situadas como novo ponto de partida para pensar o desenvolvimento. (Negri; COCCO, 2005: 35).

Na visão destes pesquisadores,

desenvolvimento hoje só pode significar uma relação direta entre potencialização das condições sociais da produção (educação universal, pesquisa, livre circulação da força de trabalho, emancipação das mulheres, liberação da expressão cultural e política indígena, desarticulação das barreiras raciais etc.), mobilização democrática dos trabalhadores a partir das bases e abertura para dimensões sempre mais amplas de cooperação interdependente. (NEGRI; COCCO, 2005: 36).

O fato é que, atualmente, os problemas culturais assumiram uma dimensão tão relevante, que é necessário que o pensamento social se organize em torno deles para poder explicar a nova realidade social, os novos atores e os novos conflitos. Trata-se, portanto, de buscar novos paradigmas, como propõe Touraine (2006: 09).

Cabe observar que esse deslocamento da centralidade social para o campo da cultura não é novidade, embora em outro contexto. A palavra cultura assumiu uma importância crescente como pólo das discussões acerca de novos rumos na reorganização da sociedade inglesa no pós-guerra, como o atestam os trabalhos e atividades práticas dos protagonistas dos "estudos culturais" (CEVASCO, 2003: 11-12). Entre estes, Raymond Williams já percebia a chegada da "era da cultura", isto é, uma época em que predominam os meios de comunicação de massa e em que ocorre um deslocamento dos conflitos políticos e econômicos para o campo cultural. Sempre com a perspectiva de participar das mudanças da sociedade, Raymond Williams dedicou-se a preservar o uso da palavra cultura como campo de mudanças, expressando os vários modos de vida social. Para isso era importante associar a vida econômica e social com a vida cultural.

Maria Elisa Cevalco (2003: 24) sugere uma caracterização do período que se inicia na década de 60 do século passado com relação às mudanças semânticas no conceito de cultura. Na época pós-moderna, predominam as palavras-de-ordem de "viva a diferença" e "abaixo o universalismo". Fala-se em "culturas", no plural, e não apenas em "cultura". Cai a importância da busca por uma cultura em comum e passam a predominar os conflitos por afirmação das culturas específicas (sexuais, étnicas etc.).

Acrescente-se a isso a noção proposta por Maria Elisa Cevalco de se pensar a cultura "como a organização dos significados e dos valores de um determinado grupo social e como um campo de luta onde eles possam ser modificados em direção a um mundo mais democrático." (CEVASCO, 2003: *orelha*). Com a globalização isso é ainda mais relevante, e podemos afirmar, portanto, que a cultura se constitui como tal nas "lutas". Segundo Maria Elisa Cevalco, "a cultura não mais transcende a política como um bem

maior, mas representa os termos em que a política se articula. Como lembra Edward Said (1993: 16), "a cultura é o campo de batalha no qual as causas se expõem à luz do dia e lutam umas contra as outras" (CEVASCO, 2003: 25). Não se trata de substituição da política pela cultura, mas sim de formas de realização da política.

Raymond Williams entendia que o papel da cultura como instrumento e campo de lutas importante para mudanças sociais e políticas foi atribuído a ela pela própria sociedade, em sua complexidade, com destaque para os meios de comunicação de massa (CEVASCO, 2003: 55). Não se trata, portanto, de uma ilusão/desejo de que a cultura seja o único caminho a viabilizar mudanças efetivas no mundo contemporâneo. Por esse entendimento, as estruturas capitalistas são reproduzidas não apenas pelo poder e pela propriedade privada. Assumindo expressamente uma concepção gramsciana de hegemonia, Raymond Williams já ressaltava que a dominação de uma classe sobre as demais

se mantém também, inevitavelmente, pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vêm a pensar e a sentir é, em larga medida, a reprodução de uma ordem social profundamente arraigada, a que as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que, muitas vezes, se opõem de fato.³

Nesse ponto, é bastante atual e pertinente a ressalva feita por Maria Elisa Cevalco (2003: 97), de que um aspecto negativo do legado da *New Left* "é sua tendência a supervalorizar o cultural em detrimento do político." No entender desta pesquisadora (*ibid.*),

a função social da política e da cultura são distintas. A cultura é a instância da construção de significados e da veiculação de valores, tudo isso impregnado de valores políticos, mas a política é a instância da deliberação, do que deve ser feito para assegurar um

³ Raymond Williams. *You're a Marxist, aren't you?* (1975). In *Resources of Hope*, op. cit. p. 74 (apud Cevalco, 2003: 55).

determinado estado de coisas: se não o consegue por consenso o faz por coerção. É na política e não na cultura que a sociedade deve buscar respostas para a pergunta fundamental: "Que fazer?".

É aconselhável, portanto, para as presentes indagações, em primeiro lugar, conferir o lugar reservado à cultura pelos formuladores da proposta de desenvolvimento sustentável aqui assumida. Em um segundo momento, será assim possível avançar, com base histórico-conceitual, para a formulação de sugestões que articulem cultura e desenvolvimento sustentável. Em síntese, propomos abordar as seguintes questões:

- a) o papel conferido à cultura pelos formuladores da idéia de desenvolvimento sustentável;
- b) o entendimento da crise e de vias de sua superação a partir de *paradigmas culturais*;
- c) a constituição de sujeitos com capacidade de definir os rumos dos acontecimentos contemporâneos.

Nossa hipótese é que o insucesso em se concretizar um modelo de desenvolvimento sustentável em sociedades capitalistas ocidentais tem como vetores importantes o privilégio concedido ao Estado como sujeito desse processo e a ênfase nos aspectos econômicos e tecnológicos da crise de civilização contemporânea, relegando-se aos aspectos culturais um papel subordinado. As macro-políticas são necessárias e têm seus responsáveis institucionais, mas impulsionar efetivamente um desenvolvimento sustentável requer outras *potências*, novos sujeitos e novas dimensões de poder. Uma direção a ser tentada, é a de localizar e liberar *potências constituintes*, tendo como sujeito a *multidão*, como sugere Antonio Negri, trabalhando-se com *paradigmas culturais* para se entender e superar a crise em pauta, bem como pensando políticas que tenham a ver com *microfísicas do poder*, com o reconhecimento de *biopolíticas* e de formas de *biopoder*, elementos estes de claro conteúdo cultural. Isso implica colocar a cultura em seu devido lugar nas políticas de desenvolvimento sustentável.

Essa perspectiva, no que se refere ao Brasil, pode abrir caminhos para a transversalidade não apenas das políticas públicas de cultura, como também de outras

correlatas, tais como as políticas de desenvolvimento urbano e ambiental. Pode, ainda, se refletir em correspondentes arranjos institucionais, inclusive em escala local.

No que se refere à compreensão de cultura, adotamos aqui os marcos definidos pela atual gestão do Ministério da Cultura do governo brasileiro, isto é,

O MinC baseou suas políticas em um conceito abrangente e preciso de cultura, que articula três dimensões vitais: a cultura como expressão simbólica (estética e antropológica), a cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros, a cultura como economia e produção de desenvolvimento.⁴

Essas reflexões nos remetem à questão inicial da sustentabilidade das atuais Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura. Não basta que os seus resultados sejam garantidos por Lei, que sejam institucionalizados. Trata-se de luta permanente e complexa. Tampouco é suficiente se falar em sociedade civil mobilizada como garantia dessa sustentabilidade. Na área da cultura esse tema é ainda mais preocupante, já que, diferentemente de áreas como a da educação, das cidades e meio ambiente, não contamos com movimentos sociais e/ou culturais que se mobilizem para essa finalidade. Ora, no campo da cultura os segmentos sociais que mais se fazem presentes são os dos produtores e gestores culturais, cujos interesses nem sempre coincidem com os dos diversos segmentos sociais e culturais da sociedade brasileira. Prevaecem, entre os primeiros, interesses próprios de corte corporativo.

Por isso, ao início deste texto, sugeri conhecer as necessidades culturais e os imaginários sociais acerca de cultura dos diversos segmentos sociais no País, a fim de se identificar comportamentos, desejos, subjetividades e seus respectivos portadores, que podem vir a se constituir em sujeitos culturais voltados para uma sustentabilidade de políticas que tenham correspondência com essas mesmas necessidades. Como exemplo, podemos citar os trabalhadores assalariados, os trabalhadores de vínculo

⁴<http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf>, acessado em 12/06/07.

precário e os movimentos das periferias dos grandes centros urbanos. Frequentemente, os formuladores de políticas culturais centralizam suas atenções em segmentos de fato expressivos da diversidade cultural brasileira, mas deixam de lado toda uma estratificação social com grande peso social e político, como os segmentos que mencionei acima.

Trata-se, em suma, de dar maior relevância à diversidade cultural no Brasil. Nesse sentido, cabe notar que a entrada em vigor da *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, da UNESCO, bem como sua ratificação pelo governo brasileiro em 2007, resultam de longo e complexo processo de mobilização social, política e teórica. Os antecedentes da aprovação da Convenção revelam um processo de mudança do foco dessas discussões, que passou da idéia de "exceção cultural" a um conceito abrangente, articulando diversidade, direitos humanos e desenvolvimento, ou seja, ampliando o debate para além do mercado. Trata-se hoje da diversidade cultural sob o entendimento de que os bens e serviços culturais não são simples mercadorias, senão que portadores de valor e de sentido (cf. MACHADO, 2008).

Nilma Lino Gomes, por exemplo, refere-se a um "racismo ambíguo" no Brasil, "que possibilitou a produção de um discurso, de uma narrativa e de uma interpretação sobre a realidade racial, o chamado mito da democracia racial" (GOMES, 2008, p. 135). A autora observa que no Brasil as desigualdades raciais caminham lado a lado com as desigualdades socioeconômicas, mas interferem diferenciadamente na cultura, na política, na educação, na vida dos sujeitos sociais. Por isso, conclui ela, é preciso tratar ambas as modalidades de desigualdade conjunta e separadamente. Uma via para afirmar o papel dos negros como sujeitos políticos em nossa história é a de dar visibilidade às práticas culturais, políticas, educacionais e organizativas desse segmento de nossa população. Utilizando o instrumental teórico refinado de Boaventura de Souza Santos – uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências – a autora propõe construir uma pedagogia da diversidade. Exemplos de ausência são a ausência dos negros no livro didático, das mulheres negras na política, dos negros nos cargos de

poder, entre outros. Nilma Lino Gomes faz uma ressalva importante que também pode ser aplicada a outros movimentos sociais e culturais. Há uma grande diversidade no interior do próprio movimento negro, que já não é o mesmo dos anos 1970. Trata-se, hoje, de um movimento complexo, com correntes e grupos diferenciados social e politicamente.

Outro exemplo, no campo das discussões acerca de diversidade cultural em nosso país nos é apresentado por Gersem Luciano Baniwa (2008), que critica principalmente a grande mídia por homogeneizar e universalizar um determinado fenótipo para caracterizar aqueles que são chamados índios. No campo das políticas públicas, isso se reflete em políticas monolíticas, que não consideram que no Brasil existem 223 povos indígenas, com língua e tradições próprias. O autor acentua a importância de se considerar que conceitos como desenvolvimento humano, riqueza e dignidade humana não se enquadram nas formas de pensar e de viver dos povos indígenas.

Márcio Antônio Salvato (2008) lembra que a emergência da própria idéia de diversidade cultural contribuiu para mudanças no entendimento de desenvolvimento humano. A partir da década de 1990, esse conceito foi ampliado para além dos marcos economicistas. Passou a incluir quatro componentes essenciais: equidade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento. Cabe destaque para o tema do empoderamento, que significa tão simplesmente dar poder às pessoas, ou seja, participação plena dos cidadãos na tomada e implementação de decisões, como no caso das conquistas de direitos por parte das mulheres.

Salvato observa que a pobreza, por exemplo, é muito mais do que um conceito monetário, de renda. Nesse sentido, pode-se falar de pobreza relativa e não apenas de pobreza absoluta. É o caso da consideração da diversidade local (uma cidade, por exemplo) no que se refere ao consumo. Ao relacionar desenvolvimento e cultura, Salvato formula uma questão básica para sua proposta: "qual a relação entre as diferenças de cultura e os níveis de desenvolvimento econômico? Será que uma coisa interfere na outra?" (p. 81). As respostas a essa pergunta implicam considerar a

evolução das idéias de desenvolvimento e a inclusão de variáveis culturais, tais como regras formais ou informais de dada sociedade, que podem interferir na eficiência econômica (níveis de corrupção, violência etc.).

Uma contribuição bastante importante para se trilhar o caminho sugerido acima é proporcionada pelo campo de investigações da *cultura como economia e como produção de desenvolvimento*. Trata-se de campo com crescente importância e densidade de pesquisas, embora majoritariamente quantitativas. Para isso contribuem, entre outras, pesquisas sobre o uso do tempo livre, sobre economia criativa e definição de indicadores de oferta e demanda de bens e serviços culturais no Brasil, como os recentemente divulgados pelo IBGE em parceria com o Ministério da Cultura (IBGE, 2007).

Estes indicadores reforçam a base empírica de estudos que apontam as tendências atuais do paradigma econômico dominante, como o fazem Antonio Negri e Giuseppe Cocco quando afirmam que: "É, portanto, o novo trabalho, o trabalho imaterial, que ocupa o centro da cena: ele constitui a correia de transmissão entre as tendências do capitalismo cognitivo e a construção de um novo espaço público." (NEGRI; COCCO, 2005: 133). Aqui entram em consideração as assim chamadas indústrias criativas.

Uma direção a ser trabalhada a partir de dados como esses do IBGE é a que torna possível ver não apenas o Estado, o Governo, mas também o outro lado: a sociedade, que poderá, enfim ser "classificada" em sua diversidade no campo da economia da cultura e a partir daí avançar na definição dos chamados "sujeitos culturais" ou "pessoais" (Touraine). É adequado lembrar aqui um dos fatores de fracasso do desenvolvimentismo na América Latina:

Em virtude de sua subordinação a um projeto (alegadamente) nacional, mas (certamente) interclassista, acabou por ver como único sujeito o Estado: não a liberdade (e a luta: a subjetivação), mas a redução à disciplina e ao controle (e, portanto, l'assujettissement das populações). (NEGRI; COCCO, 2005: 50).

Além de pavimentar os caminhos para a formulação de micro-políticas de desenvolvimento, esses indicadores culturais permitem, ainda, uma consideração dos chamados sistemas de bem-estar que vá além dos aspectos quantitativos. Tal perspectiva pode ampliar os horizontes da economia da cultura no sentido de se transcender os circuitos produtivos e, desse modo, entrar em dimensões não apenas econômicas que envolvam a cultura (VALIATI, 2007). Cabe, no entanto, observar que esses sistemas de bem-estar podem representar mecanismos característicos da chamada sociedade de controle (que nos remete a Foucault), o que reforça a necessidade de se ir além dos aspectos quantitativos aparentemente positivos no que se refere à ampliação de tais sistemas, e de se retomar a melhor tradição crítica dos estudiosos do campo da cultura. É o que apontam Michael Hardt e Antonio Negri quando descrevem a sociedade de controle como

aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais "democráticos", cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade. (HARDT; NEGRI, 2001: 42).

Além disso – e não menos importante – a consideração desses indicadores culturais sob a ótica da proposta de desenvolvimento sustentável, como lembra Ana Clara Ribeiro, poderia alterar

a centralidade da economia na modelagem do desenvolvimento, introduzindo o diálogo obrigatório com outras disciplinas e com as práticas sociais. Ao exigir a revisão dos recursos – do seu encadeamento na produção e no consumo – possibilitaria a introdução da relevância das abordagens qualitativas do desenvolvimento e do espaço. (RIBEIRO, 1997: 477).

Por fim, a relevância da identificação dos sujeitos desse processo de desenvolvimento almejado é ainda maior se entendermos a meta do desenvolvimento sustentável

como uma nova arena política; arena emergida da globalização e da presença de forças político-sociais no confronto de ideários. Existiriam, desta forma, novas alianças estratégicas capazes de gerar o apoio indispensável a experiências de vida coletiva impensáveis em anteriores projetos de modernização? (RIBEIRO, 1997: 484).

Caminhos para enfrentar essa questão podem ser encontrados nas sugestões de Touraine (2006), para quem as noções de sujeito e de direitos culturais estão no centro do novo paradigma, isto é, do paradigma cultural, proposto por ele. Outra via extremamente rica do ponto de vista de sua densidade conceitual e de *práxis* é a sugerida por Antonio Negri e Michael Hardt (2001 e 2005), com a idéia de *multidão*, que se diferencia conceitualmente de *povo*, *massas* e *classe operária*. Para estes autores,

hoje em dia a produção já não pode ser concebida apenas em ternos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a produção de bens materiais, mas também a produção de comunicações, relações e formas de vida. A multidão, assim, compõe-se potencialmente de todas as diferentes configurações da produção social. (HARDT & NEGRI, 2001: 13-14).

Ou, mais especificamente, "a multidão é um conjunto biopolítico de singularidades que trabalham e são oprimidas, que resistem com os corpos e que, com a inteligência, querem revolucionar o mundo." (NEGRI; COCCO, 2005: 73).

Alguns desses aspectos qualitativos mencionados acima podem ser ilustrados, por exemplo, pelo estudo intitulado "O hábito de lazer cultural do brasileiro", elaborado pelo sistema Fecomércio-RJ, com base na pesquisa chamada "Perfil do consumo de cultura do brasileiro", encomendada à Ipsos Public Affairs. A apuração se deu entre os dias 23 e 30 de janeiro deste ano, a partir de mil domicílios situados em 70 cidades e 9 regiões metropolitanas.

Mais da metade dos entrevistados (55%) não leu nenhum livro, não foi ao teatro, não visitou nenhuma exposição de arte, assistiu a um show de música ou dança ou sequer foi ao cinema em 2007. O motivo alegado: falta de hábito ou de gosto. É importante registrar que essa análise independe do gênero, da faixa etária, da classe social, da renda ou do grau de escolaridade.

Por outro lado, é interessante que a opção “ler um livro” aparece no topo do ranking de preferências dentre a minoria (45%) que usufruiu de pelo menos uma das atividades culturais listadas na pesquisa.

Além do baixo percentual de pessoas que consomem bens culturais, o número de livros lidos, espetáculos de teatro, dança e música assistidos, exposições de arte visitadas e filmes assistidos no cinema é ínfimo. Apesar disso, metade dos usuários avalia que o volume consumido é suficiente. Por exemplo, o leitor brasileiro e o freqüentador de cinema lê um livro e vê um filme, em média, a cada dois meses e meio.

A pesquisa revela que 24% da população não gostam de nenhuma das atividades culturais citadas. Dentre as listadas, o cinema é a opção de lazer cultural preferida dos brasileiros, apesar de não ser a mais consumida.

Apesar de estar presente no consciente coletivo que o preço é o fator decisivo para a baixa presença do público nos espetáculos culturais, o levantamento apurou que esse fator muitas vezes não chega a ser cogitado. A falta de hábito ou gosto por este tipo de programa normalmente aparece como primeiro obstáculo e impede o consumidor até mesmo de pensar na viabilidade do custo.

Assim, encontramos aí articulados desejos, necessidades e formas de consciência social bem específicos em relação a certas atividades culturais. Isso pode nos levar a retomar o conceito de desenvolvimento sustentável em seu aspecto voltado para a prioridade das necessidades humanas no que refere à cultura.

De fato, o conceito de desenvolvimento sustentável contém em sua formulação uma relação direta entre *desenvolvimento* e *necessidades humanas*. Ocorre, contudo, que

desenvolvimento, na sociedade em que é hegemônico o capital, significa um desenvolvimento que leva em consideração as necessidades humanas de modo bastante específico, ou seja, ao mesmo tempo que amplia a esfera das necessidades, leva também a uma subestimação dessas necessidades do ponto de vista das reais potencialidades dos indivíduos, na medida em que o parâmetro desse desenvolvimento é o grau de valorização do capital, isto é, o lucro.

Ao mesmo tempo, ao ressaltarem a importância do conceito de necessidades na formulação de desenvolvimento sustentável, os autores desse conceito frisam que se trata, também, das *aspirações humanas*: “satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento.” (COMISSÃO, 1991: 46). Percebe-se, assim, nesse Relatório da CMMAD uma articulação entre necessidades e aspirações humanas, consumo e cultura. Para que essa articulação se efetive, é preciso, no entanto, que ocorram modificações nas *formas de consciência* sobre esses temas, ou seja, é preciso afirmar que “as necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar.” (COMISSÃO, 1991: 47). Esse conceito de necessidades, portanto, tem uma abrangência que vai além do atendimento das condições elementares de vida do homem.

No que se refere ainda às pesquisas de ordem quantitativa, convém lembrar que ao falarmos em sistemas de bem-estar, tempo livre e atividades de fruição da cultura, estamos falando da *esfera do não-trabalho*. Isso, em sociedades onde o capital é hegemônico significa que há uma conexão diferenciada entre trabalho e não-trabalho, a qual se baseia no caráter específico do trabalho nesse tipo de sociedade. Uma característica do capital, como assinalava Marx, é que ele desenvolve um sistema multiarticulado de divisão social do trabalho e, ao mesmo tempo, um sistema diferenciado de necessidades humanas. Devido ao desenvolvimento das forças produtivas impulsionadas pelo capital, ocorre uma transformação constante também nas formas de vida que estão situadas fora do processo de produção. Pelo fato de que

o produtor direto troca a sua capacidade de trabalho pela forma geral de riqueza (dinheiro), ele “se converte em co-partícipe do desfrute da riqueza universal, até o limite de seu equivalente (um limite quantitativo que, de fato, se transforma em um qualitativo, como no caso de toda troca)”. (MARX, 1973: 226, Trad. do A.).

Numa sociedade de ordem capitalista, essa situação abre para os trabalhadores a esfera do não-trabalho como sendo uma esfera de configuração particular de seu processo de vida. Em síntese, a relação entre trabalho e não-trabalho na sociedade moderna não é um mero antagonismo entre liberdade e opressão. O trabalho no modo capitalista de produção, enquanto unidade de processo de trabalho e processo de valorização, é sempre duplamente determinado – opressão e auto-realização –, pois os momentos atrativos do processo social de trabalho constituem apenas uma das faces da tendência civilizatória do capital. O caráter antagônico da determinação social do trabalho no capitalismo – mediado pela forma salário – se reflete na reprodução individual do produtor direto, ou seja, se na esfera do não-trabalho desses produtores se verifica um determinado espaço para o desdobramento da individualidade, por outro lado eles não conseguem ultrapassar os limites que são definidos pela determinação específica de sua forma de renda. Além disso, o trabalho e o não-trabalho não são grandezas fixas, senão que historicamente variáveis em função do grau de progresso das forças produtivas, da intensidade do trabalho, da correlação de forças entre os agentes sociais etc.

Em consequência dessa situação social, a relação antagônica entre os momentos atrativos e os repressivos do processo social de trabalho se desenvolve diferenciadamente para os agentes diretos da produção e marca de modo específico as suas atitudes subjetivas para com o trabalho.

Esse processo leva o trabalhador a uma atitude de *indiferença* com respeito ao conteúdo de seu trabalho, tal como também o capital é indiferente frente a ele. A possibilidade do produtor se sentir como homem só se apresenta fora do processo de trabalho e o trabalho aparece para ele como sendo um simples meio para configurar

sua vida externamente ao trabalho. Nesse sentido, a finalidade última de suas atividades é o não-trabalho, isto é, a reprodução individual. Essa inversão, não apenas imaginada, mas também real, pela qual o trabalho passa de *fim* a *meio*, é mais uma expressão do fato de que na sociedade moderna o processo de trabalho e todas as forças produtivas são apenas meios para valorizar o capital. Verifica-se, portanto, que, com base nesse caráter antagônico do trabalho, a esfera do não-trabalho expressa o estado adequado de liberdade e de felicidade, enquanto o trabalho expressa sofrimento e sacrifício.

Proponho em nossa pesquisa a exploração desse espaço do não-trabalho como fruição, lazer etc., porém em articulação com o mundo do trabalho e suas diversas formas de consciência e de subjetividade.

Gostaria de finalizar com palavras de Maria Elisa Cevasco referindo-se à obra de Frederic Jameson:

A verdade das relações sociais e sobre como a cultura lhes dá forma não está certamente na superfície da vida cotidiana em uma sociedade como a nossa onde a ocultação é essencial para o bom funcionamento do sistema. [...] a lógica que azeita o funcionamento do capital nessa sua fase de expansão máxima é cultural. Isso quer dizer que cada vez mais o sistema, agora planetário, requer uma sociedade de imagens voltada para o consumo para “resolver” as contradições que continua criando. Se antes a cultura podia até ser vista como o espaço possível de contradição, hoje ele funciona de forma simbiótica com a economia: a produção de mercadorias serve a estilos de vida que são criações da cultura e até mesmo a alta especulação financeira se apóia em argumentos culturais, como o da “confiança” que se pode ter em certas culturas nacionais ou as mudanças de “humor” que derrubam índices e arrasam economias. (CEVASCO, 2008: 4).

Referências Bibliográficas:

BANIWA, Gersem Luciano. Diversidade cultural, educação e a questão indígena. In: BARROS, José Márcio (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Bomtempo, 2003.

_____. O sentido da crítica cultural. *Revista Cult*, São Paulo, n. 122, 2008. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/website/news.asp?edtCode=3F5C0A0E-F731-42AA-AC32-4399855F0D25&nwsCode=9934BE8E-0975-40D9-914B-5A25F3B41DBD>>. Acesso em: 06 jun. 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRESPO, Samyra. *Educação ambiental e consciência ecológica: novos e velhos dilemas*. Rio de Janeiro, MAST/CNPq, mimeo, 1992.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e a educação brasileira. In: BARROS, José Márcio (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MACHADO, Jurema. In: BARROS, José Márcio (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política - (borrador) 1857-1858*, vol. I. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1973.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, 2007.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *GlobalAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ORTIZ, Renato. Cultura e desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, vol. 01, n.01, 2008. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais>>. Acesso em: 02 jul. 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Desenvolvimento sustentável: novas redes e novos códigos. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: Clóvis Cavalcanti (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. Londres, Chatto and Windus, 1993, p. xvi. [Edição brasileira: *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1995].

SALVATO, Márcio Antônio. Desenvolvimento humano e diversidade. In: BARROS, José Márcio (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: Clóvis Cavalcanti (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VALIATI, Leandro. Economia da cultura repensa os incentivos. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 22 set. 2007.